



CONCURSO PÚBLICO

(nos termos do Código dos Contratos Públicos)

(PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

**AQUISIÇÃO DE LEITE E QUEIJO FUNDIDO PARA DISTRIBUIÇÃO NOS JARDINS
DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE
PÚBLICA DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS, EM REGIME DE
FORNECIMENTO CONTINUO, POR LOTES**

PREÇO BASE: 225 441,20 €

ENTREGA DAS PROPOSTAS:

Até às 23:59 horas do **30º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

O presente programa do procedimento **contém 12 páginas**, todas numeradas e foi aprovado pela câmara municipal na reunião de 01.07.2025

A Vice-Presidente da Câmara Municipal,

1 IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1 O presente concurso tem por objeto a **aquisição de leite e queijo fundido para distribuição nos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Torres Vedras, em regime de fornecimento contínuo, por lotes**, de acordo com as especificações técnicas constantes no caderno de encargos.

2 Os bens objeto do presente concurso têm a referência de CPV (*Common Procurement Vocabulary*) – 15511000-3 Leite e 15540000-5 Queijo, a que se refere o Regulamento (CE) nº 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), na sua atual redação.

3. O presente concurso público processa-se integralmente através da plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>

2 ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade pública contratante é o Município de Torres Vedras, sito na avenida 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, com os seguintes contactos: telefónicos 261310400/261310486 e endereço eletrónico geral@cm-tvedras.pt.

3 DECISÃO DE CONTRATAR

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, conjugado com alínea b) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, a decisão de contratar foi tomada pelo órgão executivo do município, por deliberação de 01.07.2025.

4 ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do concurso.

5 ACESSO AO PROCEDIMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. O processo de concurso é constituído pelas seguintes peças procedimentais: anúncio, programa do procedimento, caderno de encargos e anexos que dele façam parte.

2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública **acinGov**, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa **ACIN - Icloud Solutions, Lda**.

3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O interessado apenas necessita de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão na plataforma de uma comunicação.

Para ter acesso à plataforma os interessados devem proceder do seguinte modo:

- Aceder a <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão;
- Pós o preenchimento do formulário de adesão, remetê-lo, bem como aos documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “acinGov”; a validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.

As dúvidas surgidas no preenchimento do formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707451451.

4. Caso o interessado tenha a sua adesão aprovada pode consultar o seu procedimento em "anúncios" ou "convites", acedendo ao pretendido; as peças concursais estão disponíveis ao fundo da página, e no menu “Pedidos” pode consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

5. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, através da plataforma eletrónica acinGov.

6 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. No **primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, **os interessados podem solicitar os esclarecimentos** necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, **devem apresentar uma lista** na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os **erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados**, nos termos estipulados no artigo 50º do CCP, através da plataforma eletrónica de contratação pública no menu “**Pedidos**”, funcionalidade de “**Pedidos de Esclarecimentos/Retificação**” utilizando a opção “**Criar pedido**”.

Nos termos da lei consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;

- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2. Até ao termo do **segundo terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, o júri do procedimento presta os esclarecimentos solicitados e o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

3. Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais, a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de **“Pedidos de Esclarecimentos/Retificação”**, nos termos previstos no artigo 50º do CCP.

4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como a decisão prevista no n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos são juntos às peças do procedimento e proceder-se-á à sua notificação a todos os interessados.

7 DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA:

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, obtido na área específica do portal da Comissão Europeia, em: <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt;>

b) **Proposta contendo os preços unitários, por lote**, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo B** do presente programa.

2. Com a proposta deve ser entregue **cópia da certidão permanente da empresa** ou código para consulta eletrónica e procuração (se aplicável) que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nas situações em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura;

3. **Todos** os documentos solicitados no n.º 1 **devem ser assinados** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

4. Quando a(s) proposta(s) seja(m) apresentada(s) por um agrupamento concorrente, a declaração antes referida, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

5. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA;
6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles prevalecem sempre e para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
7. A(s) proposta(s) deverão ser apresentadas como descrito neste programa do procedimento, sob pena de exclusão;
8. Cada documento da proposta deve, preferencialmente, constituir um ficheiro autónomo;
9. As respostas dadas no formulário principal, apresentado na plataforma, não serão consideradas como documentos que contenham os atributos da proposta, devendo o concorrente apresentá-los de forma individual, nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
10. Os concorrentes **podem concorrer a um ou aos dois lotes**.

8 IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

9 PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. 1. As propostas **devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 30.º dia**, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. A apresentação das propostas deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.
3. A entrega das propostas será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa **ACIN Icloud Solutions, Lda**.
4. As propostas devem ser carregadas e submetidas de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.

NOTA IMPORTANTE: todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica acinGov., como resulta do n.º 4 do artigo 68.º da mesma lei.

10 PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas durante o prazo de **66 dias**, contados da data limite para a sua entrega.

11 PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes

12 NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

13 ADIANTAMENTOS POR CONTA DO PREÇO

Não podem ser propostos adiantamentos por conta do preço contratual referentes aos bens a fornecer.

14 ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 70.º do CCP as propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 70º e n.º 2 do artigo 146º, ambos do CCP.

15 PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

1. O preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
2. Caso o preço contratual seja passível de ser considerado anormalmente baixo, o júri solicitará ao respetivo concorrente os esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que considere relevantes para esse efeito.
3. Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente pode tomar-se em consideração as justificações inerentes, designadamente as constantes no n.º 4 do artigo. 71.º do CCP , entre outras.

16 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A **adjudicação é feita por lote**, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **monofator**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo a adjudicação determinada pela avaliação do **mais baixo “preço da proposta”**.

2. O **“preço da proposta”** corresponde ao resultado da soma dos preços unitários propostos multiplicados pelas quantidades previstas, por lote.

3. Os **preços unitários propostos**, por lote, não poderão exceder os parâmetros unitários máximos definidos no caderno de encargos, **sob pena de exclusão da proposta**.

17 CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. Em caso de empate das propostas apresentadas relativamente a cada lote será realizado um **sorteio**, nos seguintes termos:

a) São convidados a estarem presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que devem fazer-se acompanhar de um documento comprovativo da qualidade em que atuam;

b) O sorteio é composto por tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1, acondicionadas num saco preto;

c) Os representantes dos concorrentes devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco uma bola, sendo que a primeira bola a ser retirada será pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;

d) Em caso de ausência no sorteio ou havendo recusa em retirar a bola do saco por parte de um dos concorrentes, o mesmo será representado por um dos elementos do júri, designado pelo seu presidente;

e) Terminado o processo de extração das bolas, ficará em primeiro lugar a proposta que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;

f) Do ato será lavrada ata.

18 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O(s) adjudicatário(s) devem apresentar, no prazo de **5 dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “**Adjudicações**”, os seguintes documentos de habilitação:

a) **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (**declaração de não impedimento**), conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;

b) Comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

c) Comprovativo de situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

d) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

e) **Fichas técnicas** dos bens objeto do contrato, **por lote**.

f) Cópia do comprovativo de **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**.

2. Fixa-se o prazo de **3 dias úteis** para supressão de qualquer irregularidade que possam apresentar os aludidos documentos.

3. Relativamente aos documentos solicitados nas alíneas b) e c) do número anterior, o adjudicatário, deve preferencialmente, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4. O adjudicatário, aquando da apresentação dos documentos de habilitação, deve **indicar o número de identificação fiscal** da(s) pessoa(s) que outorga(m) no contrato e a identificação do interlocutor responsável pelo acompanhamento do contrato, assim como o respetivo endereço eletrónico.

5. A não apresentação no prazo fixado dos documentos de habilitação indicados no n.º 1, por causa imputável ao adjudicatário, ou não redigidos em língua portuguesa ou

em que falte tradução devidamente legalizada, implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave.

6. No caso previsto no número anterior a adjudicação será efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente.

19 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Ao presente concurso aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e respetiva legislação regulamentadora.

Documento Europeu Único de Contratação Pública

(DEUCP)

A preencher a partir do ficheiro XML anexo a este programa de procedimento e obtido em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>

ANEXO B

Modelo de proposta

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do n.º 7 do presente programa]

..... (1), NIF, depois de ter tomado conhecimento do concurso publico para a aquisição de, a que se refere o anúncio nº, publicado no DR de ____/____/____ obriga-se a fornecer os bens em conformidade com o estabelecido no programa do procedimento, caderno de encargos e os seus anexos, apresentando as seguintes condições:

LOTE 1 – Leite Escolar				
Descrição dos bens	Unidade	Parâmetros base Máximos/unitários s/IVA	Preço unitário proposto s/IVA	Taxa IVA
Leite Branco Simples	Pacote de 200ml	0,23 €		
Leite Branco s/lactose	Pacote de 200ml	0,30 €		
Leite c/ Chocolate MG	Pacote de 200ml.	0,24 €		

LOTE 2 – Queijo Fundido				
Descrição dos bens	Unidade	Parâmetro base Máximos/unitário s/IVA	Preço unitário proposto s/IVA	Taxa IVA
Queijo fundido	20 a 30 g	0,38 €		

Mais se declara que se compromete em tudo o que respeita à execução do presente contrato, aceitando integralmente e sem reservas o disposto no caderno de encargos e a cumprir o que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

..... (2) (Data e assinatura)

Nota:

- Os preços unitários propostos por lote não podem desrespeitar os parâmetros base máximos unitários definidos, **sob pena de exclusão da proposta**.
- Cada concorrente pode apresentar proposta para um ou para os dois lotes.

(1) Indicar o nome e sede da entidade;

(2) Assinatura do (s) representante (s) legal(ais) do concorrente.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e alínea a) n.º 1 do nº 18 do presente programa]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (nome ou designação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário/a no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O/A declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea e) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.